



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ADRIANA DA SILVA SOUZA

**A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE RACIAL EMBASADA PELA LEI 10.639/03:
O CONTEXTO DE UMA ESCOLA NA CIDADE DE GUARABIRA/PB**

**GUARABIRA/PB
2020**

ADRIANA DA SILVA SOUZA

**A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE RACIAL EMBASADA PELA LEI 10.639/03:
O CONTEXTO DE UMA ESCOLA NA CIDADE DE GUARABIRA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Estadual da Paraíba UEPB como requisito básico para a conclusão do Curso de Pedagogia.

Área de concentração: Fundamentos da Educação e Formação Docente.

Orientadora: Prof^a Ms^a Sheila Gomes de Melo.

**GUARABIRA/PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S719v Souza, Adriana da Silva.
A valorização da diversidade racial embasada pela lei 10.639/03 [manuscrito] : o contexto de uma escola na cidade de Guarabira/PB / Adriana da Silva Souza. - 2020.
46 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades , 2020.
"Orientação : Profa. Ma. Sheila Gomes de Melo ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."
1. Diversidade racial. 2. Práticas Pedagógicas. 3. Lei 10639/03. 4. Lei 10. 5. 639/03. I. Título
21. ed. CDD 302.14

ADRIANA DA SILVA SOUZA

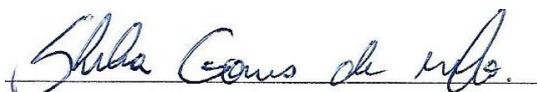
**A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE RACIAL EMBASADA PELA LEI 10.639/03:
O CONTEXTO DE UMA ESCOLA NA CIDADE DE GUARABIRA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na Universidade Estadual da
Paraíba UEPB como requisito básico para
a conclusão do Curso de Pedagogia.

Área de concentração: Fundamentos da
Educação e Formação Docente.

Aprovada em: 10 /11/ 2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a M.^a Sheila Gomes de Melo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a M.^a Francineide Batista de Sousa Pedrosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a M.^a Luciana Silva do Nascimento
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

A Deus, nosso criador que me deu sabedoria para trilhar minha jornada de conhecimentos e forças para superar todos os desafios encontrados em meu cotidiano. Gratidão ao maior motivador por essa conquista.

A minha família, pelo apoio destinado a mim, durante estes anos.

Ao meu noivo, Cláudio Antônio, pelo apoio, segurança e incentivo que me destinou durante todos os dias de minha caminhada.

As minhas amigas, Maria Elisângela, a comadre que a pedagogia me trouxe, Eliane Andrade e Karla Rosana, gratidão pelo companheirismo empregado em nosso convívio.

Ao corpo docente da UEPB, Campus III, pela dedicação e maestria em prol da nossa formação.

A minha querida orientadora Sheila Gomes, que não mediu esforços para a condução do meu trabalho de conclusão, sempre muito prestativa e gentil.

Gratidão a todos mencionados.

Ninguém nasce odiando o outro devido a cor da sua pele. As pessoas aprendem a odiar e, se elas podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar, porque o amor ocorre mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. (NELSON MANDELA)

RESUMO

O presente texto aborda a valorização da diversidade racial, no contexto escolar embasada pela Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), reforçando as contribuições que a citada lei agregou a comunidade escolar, como também, a formação docente. Tomando como objetivo geral: identificar quais medidas pedagógicas são tomadas pelos educadores acerca da aplicação da Lei 10.639/03, (BRASIL, 2003), e como objetivos específicos: conhecer quais práticas pedagógicas são adotadas quanto a cultura afro-brasileira e Africana; caracterizar a formação étnico-racial que é atribuída ao educando, além de analisar o quão relacionada está a lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), as práticas pedagógicas adotadas. O presente texto também conta com referenciais importantes para a temática, a exemplo de: Munanga (2005), Valente (1995), Freire (1996), além do respaldo exercido pela promulgação da Lei 10.639/03 (BRASIL,2003). Tomamos como metodologia aplicada na pesquisa, o estudo de caso, estabelecendo abordagens investigativas diante das pedagogias aplicadas no contexto escolar relacionada as relações étnico raciais. A partir dos dados coletados com os relatos, foi possível observar que a implementação da Lei 10.639/03 (BRASIL,2003) se dá conforme a realidade da instituição escolar, e que mesmo diante tamanhos desafios, as escolas conseguem realizar atividades que abordam a cultura afro em seu cotidiano.

Palavras-Chave: Diversidade racial. Lei 10.639/03. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

The present text addresses the valorization of racial diversity in the school context, based on Law 10.639/03 (BRAZIL, 2003), reinforcing the contributions that the aforementioned law has added to the school community, as well as teacher training. Taking as a general objective: to identify which pedagogical measures are taken by educators about the application of Law 10.639/03, (BRAZIL, 2003), and as specific objectives: to know which pedagogical practices are adopted in relation to Afro-Brazilian and African culture; to characterize the ethnic-racial formation that is attributed to the educator, besides analyzing how the law 10.639/03 (BRAZIL, 2003), the pedagogical practices adopted are related. The present text also has important references for the theme, such as Munanga (2005), Valente (1995), Freire (1996), besides the support exercised by the promulgation of Law 10.639/03 (BRAZIL, 2003). We take as methodology applied in the research, the case study, establishing investigative approaches before the pedagogies applied in the school context related to racial ethnic relations. From the data collected with the reports, it was possible to see that the implementation of Law 10.639/03 (BRAZIL, 2003) is in accordance with the reality of the school institution, and that even in the face of such challenges, the schools are able to carry out activities that approach the afro culture in their daily lives.

Keywords: Racial Diversity. Law 10.639/03. Pedagogical Practices.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Categorias para análise de dados.....	24
Quadro 2- Transcrição da 1ª entrevista.....	38
Quadro 3- Transcrição da 2ª entrevista.....	40
Quadro 4- Transcrição da 3ª entrevista.....	42
Quadro 5- Transcrição da 4ª entrevista.....	43
Quadro 6- Transcrição da 5ª entrevista.....	44

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Maquete feita por alunos, demonstrando aspectos geográficos do continente Africano.....	28
Figura 2- Livro didático com sugestão de projetos.....	28

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEI 10.639/03.....	14
3	O PRINCÍPIO DA DIVERSIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR.....	18
4	METODOLOGIA.....	22
4.1.	Caracterização dos sujeitos e do campo de pesquisa.....	22
4.2.	Instrumentos da pesquisa e procedimentos.....	23
4.3.	Análise dos dados.....	24
5	CONCLUSÃO	34
	REFERÊNCIAS.....	35
	APÊNDICE – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	39
	ANEXOS – IMAGENS DO PROJETO: ÁFRICA, TECENDO NOVOS OLHARES.....	47

1. INTRODUÇÃO

Quando o/a educando/a aprende, através de fatos vivenciados, a importância de todas as pessoas para a sociedade, ele conseqüentemente atribuirá valor aos princípios da igualdade, equidade e diferença no seu convívio. Compreendendo que nem sempre manter vínculos igualitários será conveniente, já que somos dotados de diferenças em vários aspectos, sejam eles, sociais, raciais ou econômico, as ações pautadas na equidade nos alerta sobre este pensamento, nos fazendo refletir que, respeitando as diferenças, devemos tomar atitudes também diferentes com a finalidade de suprir insuficiências encontradas.

A partir desta constatação, o educador irá compreender que a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), servirá como embasamento para sua prática pedagógica e metodologia e não como uma imposição legal, do sistema de ensino, até mesmo, irá buscar caminhos que o ajudem a superar as dificuldades que o sistema de ensino traz, seja em recursos ou incentivos didáticos.

Após dezessete anos da promulgação da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), ainda é notável certa invisibilidade na aplicação da mesma em algumas instituições escolares, onde, por vezes, a cultura afro-brasileira e africana se restringe a ser lembrada, apenas no Dia Nacional da Consciência Negra- 20 de novembro, data que foi estabelecida no calendário escolar, através da lei já citada.

Desta forma, todas as contribuições afro-brasileiras e africanas deixam de ser abordadas, caindo na desvalorização e no esquecimento, ou no mínimo, sendo abordadas de forma pontual. Tomando como ponto de partida tal parecer, se faz necessário um estudo embasado na realidade escolar, que auxilie na compreensão dos caminhos tomados pela formação racial em instituições escolares.

Estamos situados em um país que foi, e ainda é, desenvolvido com a participação de vários grupos étnico-raciais, e todos, possuem seu valor e sua contribuição cultural em nosso país. Então, por que mesmo diante de intervenções legais, a escola ainda precisa de estímulos para realizar atividades abrangentes à cultura afro? Quais empecilhos permeiam as metodologias tomadas, que impedem os educadores a pôr em prática a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), em sua sala de aula?

Assim, tomamos como objetivo geral: identificar quais medidas pedagógicas são tomadas pelos educadores acerca da aplicação da Lei 10.639/03, (BRASIL, 2003), e como objetivos específicos: conhecer quais práticas pedagógicas são adotadas quanto a cultura afro-brasileira e Africana; caracterizar a formação étnico-racial que é atribuída ao educando, além de analisar a relação da lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) com as práticas pedagógicas adotadas.

Para combater atitudes de racismo, que surgem em nosso cotidiano, é imprescindível exercer uma formação voltada para a humanização, instruindo o respeito as diversidades desde o seio familiar, o que infelizmente ainda não é realidade, e nos tempos atuais, ainda é preciso afrontar limites impostos conscientemente por parte da sociedade na busca pelo reconhecimento.

Na sequência, iremos debater pontos imprescindíveis para a temática, tratando no capítulo II, *O princípio da diversidade no contexto escolar e a formação curricular docente*, seguido pelo capítulo III, nomeado *Considerações acerca da Lei 10.639/03 (BRASIL,2003)*, onde trataremos as garantias que a citada lei nos traz e seu caminho permeado no ambiente escolar, na sequência, trataremos no capítulo IV procedimentos metodológicos, analisando dados e contribuições advindas do estudo de caso realizado, por fim, dissertamos na conclusão aspectos dos capítulos já citados os relacionando com a realidade.

CAPÍTULO II

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEI 10.639/03

As relações intersociais e interpessoais de nossa sociedade possui um grande déficit em suas realizações, ainda é verificável uma grande lacuna existente entre a valorização da pluralidade cultural e racial presente no território brasileiro, perante abordagens no ensino e aprendizagem vigente. É notório que, em especial, integrantes da cultura afrodescendente são alvos de exclusões sociais, o que os dificultam de conviver em igualdade social e a contemplar a cidadania como é de direito, em seu território de habitação. Munanga(2006), nos afirma que:

Apesar da tentativa do processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças de negros e mestiços. Esse ideal prejudicou o reconhecimento da identidade negra, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superiores". (MUNANGA, 2006, p.16).

Deste modo, se faz necessário a investigação da funcionalidade da Lei 10.639/03, (BRASIL, 2003) no ambiente educacional, levando em consideração todo o contexto o qual a instituição escolar está inserida e, também, demais aspectos que englobe o corpo docente e os/as estudantes atendidos (as) pela instituição.

A Lei 10.639/03, (BRASIL, 2003) alterou a Lei de Diretrizes e Bases e Diretrizes da Educação, (BRASIL, 1996), incluindo no currículo o ensino obrigatório da História e Cultura Afro- Brasileira e Africana. Os conteúdos deverão incluir o:

Estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil" (BRASIL, 2003).

Antes de ser sancionada, a Lei 10.639/03, (BRASIL, 2003), passou por alguns estágios, momentos esses, marcados por protestos e movimentos encabeçados pelo povo negro militante, especialmente o Movimento Negro Unificado.

Na década de 1990, ocorrem movimentos intensos em todo Brasil a favor da afirmação da identidade negra, com destaque para a célebre Marcha Zumbi dos Palmares, que, segundo Lucimar Dias, reuniu cerca de 10 mil negros e negras, que

foram a Brasília com um documento reivindicatório a ser entregue ao então presidente Fernando Henrique Cardoso (DIAS, 2005, p.2.).

A Lei 10.639/03, (BRASIL, 2003) ao ser instituída, veio alertar, a todos os membros de instituições educacionais, que o ofício de educar precisava de incentivos que abrangessem as necessidades básicas que uma formação cidadã carece principalmente em vislumbrarmos as necessidades do próximo.

A partir de então, o novo e grande desafio proposto para as instituições escolares, públicas e privadas, será o investimento em uma pedagogia que incentive a superação de atos preconceituosos tomados por décadas, assim como prevê o MEC:

O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. (BRASIL. MEC. 2000, p. 32).

Ensinar para todos e ao mesmo tempo, levar em consideração a individualidade do/da educando (a), é uma ação primordial para que ele/ela se sinta valorizado(a) em seu convívio. Sentimentos como a superioridade e a inferioridade acabam se tornando aspectos desafiadores à prática docente, e sempre estão presentes no cotidiano escolar, inibindo ações que incentivem a construção social do/da educando/da e conseqüentemente não promovendo o princípio da igualdade, que em tal temática possui grande relevância.

Como forma de promover a valorização e ressaltar as contribuições africanas para a sociedade, a Lei 10.639 (BRASIL, 2003), foi criada, determinando a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nas salas de aulas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais - DCNERERs (BRASIL, 2004), aprofundam os princípios estabelecidos pela lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), e também colaboram na orientação da escola em si, auxiliando a compreender o que a lei determina e quais os caminhos podem ser tomados para a elaboração de novas metodologias, que levem ao âmbito escolar propostas que estimulem seus participantes a exercerem a cidadania com dignidade.

O combate a inferiorização racial é histórico, e a lei existe para garantir a reparação em relação a abordagem das questões relacionadas a história e cultura do povo negro, ressaltando a relevância da cultura negra para a sociedade

brasileira, tomando como referência suas contribuições, fundamentando conteúdos e valores que estimulem a cidadania exercida por meio de atitudes igualitárias, resultando em representatividade, principalmente em anos iniciais que surtem efeito de alicerce para a formação do educando.

Diante das garantias que a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), nos traz, o mais importante é colocá-la em prática, ou seja, assumir a responsabilidade que existe no ofício do/da educador(a) e realmente fazer valer tais imposições, apesar da lei impor, obrigar, que o ato de lecionar para desenvolver formação consciente, em relação à diversidade racial, não seja um fardo, e sim um aspecto enriquecedor para o ato de lecionar com princípios.

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos/as alunos (as) de ascendência negra. Interessa também aos/as alunos(as) de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Pois, como afirma Munanga(2005):

(...)Essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p.16)

Como contribuição a este processo, Avelar (2010) diz que a escola possui papel central na busca do redimensionamento dos valores e das posturas, ou seja na reeducação das relações étnico raciais (...) promovendo junto à sua comunidade escolar o caminho do diálogo e do debate aberto e plural.

Através desta afirmação, percebemos o quanto a escola precisa agir em parceria com a comunidade que por vezes, precisa está aberta as suas intervenções e disposta a refletir sobre suas relações históricas, uma vez que a valorização cultural ressalta a importância de toda a sociedade. Contribuindo para a autoestima da criança.

De acordo com (SILVA,1987):

Identificar e corrigir a ideologia, ensinar que a diferença pode ser bela, que a diversidade é enriquecedora e não é sinônimo de desigualdade, é um dos passos para a reconstrução da autoestima, do autoconceito, da cidadania e da abertura para o acolhimento dos valores das diversas culturas presentes na sociedade. (SILVA,1987, p.31.)

A reconstrução da autoestima e do autoconceito citados pela autora supracitada, nos leva a refletirmos sobre a importância da apropriação da identidade negra, onde o conhecimento étnico-racial propicia ao indivíduo se apoderar dos valores pertencentes a sua cultura, desenvolvendo a autovalorização mediante a sociedade.

Ainda sobre a inserção dos estudos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar, se faz cada vez mais necessária no atual cenário educacional. Reconhecemos a função da escola que:

Não é somente uma função de instrução; tem também uma função de educação, que consiste em, ao mesmo tempo, encorajar a diversidade cultural entre os alunos e favorecer as atividades através das quais se forma e se afirmar a sua personalidade". (TOURAINÉ, 1999, p. 326)

Deste modo, observando a coexistência de atitudes que acentuam a desigualdade social, e que conseqüentemente resultam na desvalorização da herança cultural produzida pelos povos africanos e seus descendentes, se tornando pertinente que o sistema educacional esteja articulado aplicando a conscientização racial e social, de forma que consiga aplacar tais atitudes racistas, que desvalorizam o outro perante as interações sociais. Na educação se encontra o principal projeto político de um país, pois é através da mesma que identificamos aspectos culturais entrelaçados ao nosso convívio e sociedade, trazendo esclarecimentos e afirmando identidades.

Segundo Ghiraldelli (2001) a história da educação brasileira foi denominada como um projeto político disputado pelos interesses das classes sociais. E a rigor, a classe hegemônica coloca em vigor seu projeto educacional, apresentando-se como consenso para o ideal de Nação.

Assim, a abordagem inicial da história e contribuições da população afrodescendente na educação, não se deu da forma justa, pois ocorreu sem legislação específica e ações que valorizassem seus feitos, visto que antes da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), o currículo educacional não abarcava conteúdos abrangentes a identidade negra, ofuscando suas contribuições, o que fazia com que não se sentissem representados no ambiente escolar.

CAPÍTULO III

O PRINCÍPIO DA DIVERSIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

O espaço escolar desenvolve imprescindíveis contribuições para a sociedade, desmistificando hierarquias históricas entre culturas e raças, que é um dos principais provedores da construção da identidade racial do nosso país. Segundo Freire “O educador deve ser um inventor e um reinventor constante desses meios e desses caminhos com os quais facilite mais e mais a problematização do objeto a ser desvelado e finalmente apreendido pelos educandos”. (FREIRE, 1984, p. 17). Sendo assim, é neste ambiente que o indivíduo constrói os primeiros conceitos que englobam a formação étnico-racial brasileira.

O grande desafio da escola, juntamente com a comunidade a qual é inserida, está em investir na superação da discriminação e do preconceito e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. (BRASIL. MEC, 2000).

Construir conhecimento em conjunto com a comunidade e incentivar seus professores, tanto na base da Lei 10.639/03, (BRASIL, 2003), quanto pelas próprias atitudes sociais e históricas enraizadas nessa questão, também é papel da escola, porque mais que pensar a reorganização das disciplinas, há que se pensar como o cotidiano escolar- em seus tempos, espaços e relações- pode ser visto como um espaço coletivo de aprender e conhecer, respeitar e valorizar as diferenças, o que é fundamental para a construção da identidade dos envolvidos no processo educacional. (BRASIL, 2006).

Para prover uma educação voltada à diversidade racial, é preciso que a escola, em conjunto com a comunidade, elabore possibilidades de como poderá desenvolver práticas pedagógicas antirracistas e também, conteúdos que desenvolvam a formação étnico-racial dos/das estudantes. Uma vez que, estando inseridos (as) em um espaço que os/as valorizem e desenvolvam suas potencialidades, amplifica o incentivo a galgar novos espaços democráticos diante

de uma sociedade racista. Ainda sobre a relevância do reconhecimento, Valente (1995) afirma que:

É imprescindível também, mencionar a relevância do significado do termo valorização (...) o reconhecimento da diferença, com o objetivo de inverter o processo que tende a associar tal reconhecimento aos estereótipos negativos. Ou, em outras palavras, o reconhecimento da diferença deve ser construído no sentido da 'valorização' e posterior 'naturalização' dessa diferença, para que a igualdade subjacente seja ressaltada". (VALENTE. 1995.p.44).

A proposta é aprimorar a educação para que ela seja exercida valorizando a pluralidade, que contemple aspectos da cultura afro-brasileira, que foram, e são essenciais para a formação da nossa identidade, e não que sejam questões medidas em proporções iguais, a educação voltada ao princípio da igualdade, foge da prática quantitativa, se trata de aplicações coletivas que são inseridas gradativamente, a fim de que se tornem contextos habituais no ambiente educacional.

Como já foi introduzido anteriormente, a História e Cultura Afro- Brasileira e Africana deve ser obrigatoriamente inserida no currículo escolar estudantil, como é previsto pela Lei 10.639/03, (BRASIL,2003). Desde então, práticas pedagógicas tornam-se desafiadas a metodologicamente inserirem estudos pluriculturais que desenvolvam a globalização étnica e todas as informações culturais que promovam o conhecimento proporcionando a formação de indivíduos criticamente esclarecidos e uma sociedade justa e solidária. O que nos faz pensar que o docente com formação adequada e consciente do seu papel, conseguirá realizar ações importantes na execução do seu ofício, como por exemplo a mediação do conhecimento cultural, com apropriação do conteúdo e de sua prática adotada.

Assim como o currículo escolar, a formação docente necessita ser descolonizada, precisando de mudanças em suas abordagens, que devem passar a abranger a questão étnico-racial.

Para Munanga (2013):

Os currículos escolares que temos atualmente são reflexos da história do país. Fundamentalmente baseiam-se na questão da dominação. Em todas as sociedades ocidentais que conhecemos, a educação é monopólio do Estado. Na realidade os currículos que temos reproduzem a visão do Estado. Contudo, entendo que este currículo tem que ser modificado, e isso passa pela luta social representada pela atuação dos movimentos sociais como, por exemplo, o movimento negro e o movimento feminista. São eles que podem mudar o conteúdo desses currículos para incluírem a história dos oprimidos, a história das vítimas da discriminação racial, a história do

machismo etc. Então, uma sociedade que quer mudar, uma sociedade que se revê constantemente, tem necessariamente que rever seus currículos escolares de acordo com a demanda da sociedade, de acordo com a evolução desta sociedade. Nós não podemos ficar com currículos escolares do século passado que nada tem a ver com a dinâmica da sociedade. Não temos que ficar com currículo escolar que é simplesmente fundamentado em uma única visão do mundo, numa visão eurocêntrica que não contempla a diversidade, que não contempla as diferenças. Na realidade não é um currículo inclusivo, e sim exclusivo. (MUNANGA, 2013, p. 28-29)

A abordagem sobre a cultura afrodescendente na sala de aula que já era desafiante, antes mesmo da promulgação da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), se tornou ainda mais contestadora após este feito, mas sem deixar de exercer efeitos benéficos a formação estudantil.

Para Alberti (2013) tais leis são instrumentos eficientes para o combate ao racismo no Brasil e pontua que o racismo é um problema social que envolve a todos e que por isso mesmo deve ser preocupação dos educadores. Tal consideração nos permite visualizarmos um encadeamento de ações repetidas que se voltavam a diminuir o valor das contribuições afrodescendentes para nosso país, o que se tornou enraizado mediante algumas classes sociais.

Através da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), se abrangeu um leque de discursões em salas de aulas, onde por ação mediada de educadores se passou a debater os movimentos e acontecimentos históricos que possuíam forte participação da História e Cultura Afro - Brasileira e Africana, trazendo reflexões compreensíveis a um novo olhar diante a História.

Nos tempos atuais, o/a professor (a) ainda precisa estar atento a temática, possuindo desenvoltura diante as barreiras impostas pela resistência de nossa sociedade e lidando com as ineficácias do sistema de ensino, onde as escolas estão inseridas em suas diferentes realidades, o que torna ainda mais desafiante a abordagem curricular. Ainda acerca da postura do educador mediante a complexidade de ensinar os diversos saberes Pereira (2007), fala:

Daí, a necessidade imediata de educadores (as) e educandos (as) se articularem, a fim de estabelecer redes de convivência que resultem não só no ensino aprendizagem de determinados saberes, mas, para, além disso, na percepção e na aceitação da importância de outras tantas maneiras de viver e de saber. (PEREIRA, 2007, p.15)

Reforçando a experiência de que a escola não depende apenas da interferência profissional para exercer seu papel, e sim, de englobamento da

comunidade em seus projetos, como forma de exercer a valorização das diferenças raciais e culturais existentes no ambiente a qual a mesma está inserida.

A formação curricular e teórica educacional ganhou aperfeiçoamento, após a promulgação da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003). Se fazia necessário ajustes promovidos por um embasamento legal que abrangesse a importância da valorização étnico-racial na formação docente. Em entrevista feita com o Professor/pesquisador Kanbengele Munanga, apresentada no artigo nomeado: Políticas Curriculares e Descolonização dos Currículos: A lei 10.639/03 e os Desafios para a Formação de Professores, Gonçalves (2013) explana que:

O ponto de partida é a própria formação dos educadores. Educadores foram formados em uma visão monocultural, baseada na perspectiva ocidental, que nós chamamos de visão eurocêntrica. Além disso, esses educadores viveram suas relações cotidianas dentro do universo racista brasileiro, introjetando a ideia limitante de democracia racial e naturalizando a invisibilidade do outro. Então, a primeira coisa a se fazer é abrir os olhos dos educadores para eles possam perceber a injustiça da ausência do outro na Educação. (GONÇALVES, 2013, p.30).

Tomando como base tal citação, voltamos nossos olhares para as práticas escolares adotadas atualmente, se fazendo necessário instigações que nos levem a projetar como a Lei 10.639/03 (BRASIL,2003), vem sendo empregada e qual o conhecimento docente sobre a mesma, portanto através de recursos metodológicos, o texto irá trazer tais apontamentos.

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA

Segundo Denzin e Lincoln (2006), em trecho da Rev. Econ. Sociol. Rural, no artigo produzido por Albuquerque Augusto, et al. , a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Nesta direção, Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

A presente pesquisa também se trata de um estudo de caso, usado na investigação de abordagens pedagógicas estabelecidas no contexto escolar englobando relações étnico raciais.

De acordo com Ventura (2007):

Como qualquer pesquisa, o estudo de caso é geralmente organizado em torno de um pequeno número de questões que se referem ao como e ao porquê da investigação. É provável que questões como essas estimulem também o uso de experimentos e pesquisas históricas. (VENTURA, 2007, p. 385).

Ainda levando em consideração que o estudo de caso de acordo com Yin (2001 apud GIL, 2002, p. 54), “[...] é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos”. Deste modo, o estudo de caso nos proporciona delinear aspectos, que estejam de acordo com a realidade do objeto estudado, garantindo observações específicas que esclareçam a problemática pesquisada, trazendo pontos de diferentes dimensões ao estudo.

4.1. Caracterização dos sujeitos e do campo de pesquisa

A instituição de ensino do Município de Guarabira/PB que contribuiu para a realização da coleta de dados se trata de uma escola pública, recebendo alunos do

Ensino Fundamental I, funcionando nos turnos da manhã e da tarde. Contendo um quadro de 161 alunos, 05 professoras, 01 diretora, 01 Vice-diretora, 01 coordenadora, 02 apoios e 05 salas de aulas. Tais dados apresentados, foram declarados pela vice-diretora da instituição, que após contato prévio por meio de WhatsApp, se prontificou a colaborar com todas as informações necessárias e pertinentes a pesquisa.

A entrevista contou com a colaboração de cinco professoras atuantes no Ensino Fundamental I, possuindo graduações nas seguintes áreas: Geografia, História, Letras e Pedagogia, as mesmas exercem a docência de 15 a 30 anos. As docentes serão tratadas durante o texto como: Sujeito A, Sujeito B, Sujeito C, Sujeito D e Sujeito E, como forma de resguardar o anonimato das mesmas.

Como mediadora para chegar aos sujeitos, solicitei a uma parenta que trabalha nesta mesma instituição, que selecionasse professoras dispostas a colaborar com o estudo de caso e aquelas que se propusessem, entraria em contato, para apresentar o objetivo da pesquisa e por quais meios ocorreria à realização da mesma, feito isto, foi recolhido os contatos das colaboradoras, para assim ocorrer o segundo contato, com a aplicação do roteiro de entrevistas. O procedimento foi realizado no dia 17/08/2020, com a reapresentação da pesquisa seguida pela entrevista. Que se deu de forma remota. Todas as participantes se mostraram colaborativas, inclusive compartilharam arquivos pessoais de projetos executados anteriormente.

Por estarmos vivenciando um período pandêmico, todas as escolas municipais está realizando atividades remotamente, o que impossibilitou o contato pessoal com integrantes da instituição. Por possuir uma parenta que viabilizou o contato com os sujeitos, o primeiro contato, assim como o desenvolvimento das entrevistas transcorreram da forma mais objetiva possível.

4.2. Instrumentos da pesquisa e procedimentos

Como procedimento foi escolhida a entrevista semiestruturada, pois utilizou-se um roteiro de entrevistas com o intuito de investigar quais medidas pedagógicas são tomadas pelos educadores acerca da aplicação da Lei 10.639/03, (BRASIL, 2003). Mediante tais informações, partimos para o conhecimento acerca da

execução da citada lei em sala de aula, conhecendo projetos realizados com o intuito de valorizar a cultura negra no contexto escolar.

Como os relatos que condizem com a realidade são imprescindíveis para uma pesquisa, à entrevista foi tomada como principal apoio metodológico, uma vez que transcrever e ler cada entrevista realizada, antes de partir para a seguinte, ajuda a corrigir erros, a evitar respostas induzidas e a reavaliar os rumos da investigação (ALBERTI, 1990).

É importante salientar que a coleta de dados foi realizada de forma remota, tomando como recurso os ambientes virtuais como: WhatsApp e e-mails, para compartilhamento de arquivos em vista que estamos vivenciando a pandemia da COVID-19, onde estamos em quarentena. Foi a maneira mais eficaz que encontramos para nos comunicarmos diante deste contexto que estamos vivenciando.

4.3. Análise dos dados

Ao analisarmos os dados de uma pesquisa, confrontamos a teoria e a prática acerca de uma determinada realidade a qual nos predispomos a investigar.

Gaskell (2002) afirma também que:

A pesquisa qualitativa “fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivação, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (Gaskell , 2002,p. 65).

Os dados adquiridos através da pesquisa qualitativa possibilitaram vislumbrarmos aspectos ocultos referentes a prática docente aplicada ao desenvolvimento de projetos que abordem a afro descendência no ambiente escolar.

Sobre a análise de conteúdo Bardin (2011) afirma que:

A análise de conteúdo pode ser designada um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

O quadro de categorias (QUADRO 1) foi produzido a partir das perguntas realizadas na entrevista e exposto abaixo.

QUADRO 1- Categorias para análise de dados

Dimensões	Categorias	Unidades de Sentido
1ª Conhecimento da Lei 10/639/03	Contexto educacional.	1ª Conhecimento restrito
		2ª Conhecimento adquirido
		3ª Conhecimento conceitual.
2ª Abordagem da lei 10.639/03	Cultura afro-brasileira e africana	1ª Oficina
		2ª Projetos
		3ª Livro Didático
3ª Desafios da lei 10.639/03	Valorização dos aspectos culturais e raciais	1ª Falta de recursos.
		2ª Relações familiares.
		3ª Racismo

Fonte: A autora (2020).

A seguir, realizamos as análises a partir de cada uma das Dimensões, Categorias e Unidades de Sentido.

1º DIMENSÃO DE ANÁLISE: Conhecimento da Lei 10/639/03

Antes de discorrer sobre determinadas informações é preciso conhecê-las, a dimensão inicial busca investigar qual o conhecimento pré-disposto pelas entrevistadas em relação à Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003). Buscando introduzir a temática da pesquisa e fazendo um aparato de todo o conhecimento disponibilizado por parte das docentes. Esta primeira dimensão é composta por uma Categoria que chamamos de “Contexto educacional”, a qual analisamos a seguir.

1ª Categoria de análise: Contexto Educacional

Ao analisarmos o contexto educacional induzimos a busca pela compreensão de como se dá o exercício do entendimento da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) no meio educacional, principalmente por parte dos docentes que necessitam

desenvolver atividades que promovam a valorização étnico racial com embasamento na lei e que nem sempre em sua formação pessoal ou acadêmica foram orientados a lidarem com situações que conduzam ao racismo. Munanga (2006) discorre sobre os reflexos da falta de valorização racial dizendo:

Na maioria dos casos, praticam a política de avestruz ou sentem pena dos “coitadinhos”, em vez de uma atitude responsável que consistiria, por um lado, em mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade. (MUNANGA,2006, p 15).

A seguir analisamos as três unidades de sentido dessa categoria: conhecimento restrito, conhecimento adquirido e conhecimento conceitual.

A primeira unidade de sentido (conhecimento restrito), captada através do estudo de caso, demonstra que os sujeitos C e D, referentes às discentes entrevistadas, possui conhecimento restrito acerca da Lei 10.639/03, pois não contemplaram em sua formação componentes /disciplina que abordava a diversidade étnico-racial. Como informaram sucintamente em suas falas ao responder se na sua formação acadêmica houve algum componente/disciplina que abordava a diversidade étnico-racial: “Não” respondeu o Sujeito C e “Não houve” respondeu o Sujeito D.

É importante salientar que ambas as entrevistadas que afirmaram não ter contemplado nenhum componente que abordava a diversidade étnico-racial, concluíram suas graduações nos anos de 1998 e 1999, ou seja, antes da promulgação da Lei 10.639/03, (BRASIL,2003), conforme já foi mencionado.

O conhecimento adquirido persiste do conhecimento advindo da formação acadêmica, como explanou o Sujeito E, que diferentemente dos Sujeitos C e D, demonstrou em suas palavras, que sua formação acadêmica contemplou sim, componentes que abordavam a diversidade étnico-racial, complementando sua resposta atribuindo a relevância de tais componentes a sua formação acadêmica, como também a prática pedagógica adotada, conforme podemos conferir a seguir:

Sim, houve e foi muito importante para a nossa formação acadêmica pois esses componentes nos permitia desenvolver de forma mais precisa e humana as adversidades que por ventura seja, em sala de aula ou não saber resolver e enfrentar de maneira mais segura e firme.(SUJEITO E)

Como foi demonstrado na fala da discente, o componente que abordava a diversidade étnico-racial, agregou competências a sua prática educativa auxiliando a lidar com os desafios encontrados.

A terceira unidade de sentido apresenta o conhecimento embasado significativamente em elementos que se dispuseram a abordar a temática afrodescendente durante sua jornada. No caso da discente, seu conhecimento acerca da Lei 10.639/03, (Brasil, 2003) se deu por meio de uma palestra, como ela afirma, dizendo:

Tenho pouco conhecimento sobre o assunto, houve apenas uma palestra promovida pela secretaria de educação, a qual vale ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira, como constituinte e formadora da sociedade brasileira. (SUJEITO C)

A Lei 10.639/03 (BRASIL,2003) desencadeia a diminuição de ações preconceituosas no ambiente escolar, levando em consideração suas atribuições a educação. Mesmo assim, vemos que o sistema organizacional da educação poderia aproximar mais seus docentes à citada lei, trazendo a reflexão da sua importância, para a formação docente, com a finalidade de desenvolver meios que estimulem a escola na abordagem diversidade étnico-racial.

Nas três categorias apresentadas, podemos vislumbrar as formas de conhecimentos que foram adquiridos pelos Sujeitos mediante sua aprendizagem acerca da Lei 10.639/03 (BRASIL,2003), podemos apontar mediante suas falas, que este aprendizado adquirido se deu de forma distinta, apontando que antes do ano da promulgação desta lei, as discentes ainda não contemplaram nenhum componente curricular que abrangesse conteúdos afrodescendentes para a sua formação, sendo assim, o conhecimento da Lei 10.639/03 (BRASIL,2003), se deu fora do seu ambiente de formação curricular. A seguir, trataremos da segunda dimensão, onde será apresentada abordagem da Lei 10.639/03 (BRASIL,2003), no contexto escolar.

2º DIMENSÃO DE ANÁLISE: Abordagem da lei 10.639/03

Ações pedagógicas que auxiliam na abordagem de assuntos que envolvam o ensino étnico-racial possibilitam a modificação de discursos enrijecidos pela sociedade, trazendo o respeito para as relações sociais e autonomia do indivíduo, neste sentido, Silva (1997) diz que:

Considerar na sala de aula os conhecimentos produzidos pelos grupos oprimidos, reafirmar a sua capacidade intelectual, uma vez que a desconsideração desses conhecimentos é uma forma de fazer lhes crer na sua falta de capacidade intelectual e assumir a postura de consciências dependentes, que embora cause muitos danos, não os mantém indefinidamente subordinados ao opressor (SILVA, P. G., 1997).

Ao realizar a abordagem da Lei 10.639/03, (BRASIL,2003), o educador afirma diante a comunidade escolar, a história do nosso país, trazendo as contribuições que todos os povos e raças integram a nossa cultura, desenvolvendo valores primordiais que levam o educando a associar fatos culturais e atos do cotidiano , como contribuições dos povos negros de nosso país.

Esta segunda dimensão é composta por uma Categoria que chamamos de Cultura afro-brasileira e africana, a qual analisaremos a seguir.

1º Categoria de análise: Cultura afro-brasileira e africana

O sistema educacional agregou grandes transformações para toda a sociedade, porém, integrou a linguagem proferida por classes dominantes, deixando a originalidade do termo formar cidadãos e partindo para um discurso reproduzido pela ideologia branca, conforme Rocha (1998) afirma:

A grande tarefa no campo da educação há de ser a busca de caminhos e métodos para rever o que se ensina e como se ensinam, nas escolas públicas e privadas, as questões que dizem respeito ao mundo da comunidade negra. A educação é um campo com sequelas profundas de racismo, para não dizer o veículo de comunicação da ideologia branca (ROCHA, 1998, p. 56).

A fala de Rocha (1998) nos faz refletir e afirmar o quão importante é à ação da escola diante da sociedade trazendo a valorização racial em seu cotidiano. Na 2ª dimensão presente no quadro, foi pontuado momentos propostos pela instituição que viabilizam a temática cultura afro-brasileira e africana. E em sua fala, o Sujeito B também reforça a aplicação desta abordagem interdisciplinar, comentando sobre quais atividades são aplicadas durante o ano letivo:

Através de projetos, que abrangem culinária, botânica, religiosidade, habilidades artísticas, apesar de trabalhado esse projeto, que foi um projeto longo, nós não nos limitamos apenas a ele, somos orientadas a desenvolver atividades que abrangem todo o ano letivo. (Sujeito B)

As palavras do Sujeito B, apresentam que as abordagens pedagógicas referentes à cultura afro-brasileira no campo de estudo, não ocorre de forma pontual, sendo trabalhadas durante todo o ano letivo, não se limitando apenas aos projetos propostos. A seguir analisaremos as três unidades de sentido: Oficina, projetos e livro didático.

As três unidades se relacionam com a 2ª dimensão e sua categoria. Fechando o ciclo de demonstração de quais recursos são utilizados nas realizações das abordagens desenvolvidas que possuem o tema cultura afro-brasileira e africana, trabalhando aspectos culturais, artístico e geográfico do continente africano, como podemos visualizar em algumas imagens a seguir.

Figura 1: Maquete feita por alunos, demonstrando aspectos geográficos do continente Africano.



Fonte: A autora (2020)

Figura 2: Livro didático com sugestão de projetos.



Fonte: A autora (2020)

Através de propostas desenvolvidas no material didático, conforme ilustra a imagem 2 acima, a unidade escolar escolhida para pesquisa, desenvolveu projetos e oficinas pedagógicas cujo objetivo foi a abordagem da cultura afro-brasileira e africana. Por serem os recursos mais viáveis ao acesso do aluno, estas unidades de sentido se tornaram primordiais para a elaboração de atividades que levassem toda

a comunidade escolar a prestigiar aspectos do continente africano. Na imagem 1, podemos observar que dentro do projeto África, tecendo novos olhares, uma das propostas foi a elaboração de maquetes que retratassem aspectos geográficos do continente africano, como já mencionado anteriormente, a imagem 2 nos mostra uma proposta do livro didático, apresentando o projeto executado.

Ao ser indagada sobre a realização das abordagens pedagógicas firmadas pela escola, uma das entrevistadas fez o seguinte comentário:

Sim, a escola trabalha com um material riquíssimo referente à temática. O livro: Da escola para o mundo - Projetos Integradores, aborda de maneira significativa e prazerosa, com as turmas dos 4^o anos, a cultura afrodescendente. Também participamos do projeto cultura afrodescendente, patrocinado pelo IA. Na ocasião o Instituto Alpargatas nos enviou recursos e tivemos a oportunidade de trabalhar de forma muito produtiva todos os aspectos referentes à África: costumes, localização, dialetos, culinária, religião, fauna, flora e outros. Através dessa prática, os alunos tiveram momentos de conhecimento e aprendizagem da rica história do povo africano. Conhecer para respeitar! (Sujeito A).

O depoimento acima fortalece o que foi demonstrado nas imagens apresentadas, onde o livro didático é a principal referência diária adotada para a realização dos estudos que abarcam conteúdos africanos, além de propor projetos interdisciplinares, que são desenvolvidos em todas as turmas da instituição, assim como apresenta a fala do Sujeito B a seguir:

Através de diálogos, vídeos, histórias infantis, como no meu caso que trabalho muito com o público mirim, de 4 a 5 anos, além de atividades em grupo, individuais, artísticas, atividades de campo e também extraclasse.(Sujeito B)

Ao citar a faixa etária da turma para qual leciona, o sujeito B, nos deixa perceber que todo o colégio integra abordagens referentes à cultura afro, em todos os seus seguimentos. Onde são desenvolvidos projetos que se ajustam as linguagens que as faixas etárias requerem.

Neste contexto, podemos visualizar que apesar dos obstáculos encontrados em escolas públicas, tanto as discentes da educação infantil, quanto do fundamental 1, conseguem desenvolver abordagens lúdicas propostas por projetos, que estão inclusos no livro didático ou que também acabam atuando de forma interdisciplinar, durante o ano letivo, desenvolvendo atividades que abordem a cultura

afrodescendente conforme prever a lei 10.639/03, (BRASIL,2003). A seguir, analisaremos a terceira dimensão, nomeada: Desafios da lei 10.639/03.

3ª DIMENSÃO DE ANÁLISE: Desafios da lei 10.639/03

Os desafios são muitos, como podemos observar na 3ª dimensão que categoriza a valorização dos aspectos culturais e raciais. Foram destacados vários obstáculos que dificultam o cotidiano pedagógico destas professoras, escassez em recursos, relações familiares conflituosas e o preconceito em si, fazem parte do universo escolar.

Como motivação a superação, podemos pensar que tais desafios encontrados, nos auxiliam a crescermos como pessoas e a convivermos socialmente respeitando limitações, anseios e principalmente a cor da pele do próximo, adotando a representatividade diante as ações pedagógicas em vista que um ambiente escolar é formado por várias raças e culturas.

É neste ambiente, onde as experiências são compartilhadas e o diálogo se desenvolve através de pessoas do cotidiano, atribuindo esclarecimento a preconceitos, estreitando a afetividade e incentivando potencialidades. Neste contexto, Fonseca (2003) , diz que: os relatos de situações partilhadas, dificuldades, tristezas e alegrias demonstram como determinadas experiências históricas são potencializadoras do desenvolvimento pessoal e profissional de cada um dos sujeitos” (FONSECA, 2003 p. 79).

A seguir abordaremos a Categoria de análise: Valorização dos aspectos culturais e raciais.

1º Categoria de análise: Valorização dos aspectos culturais e raciais.

Mesmo diante dos desafios encontrados é visível que a busca pela valorização dos aspectos culturais e raciais ainda é uma luta presente em nossa sociedade. Munanga (2005), afirma que:

Embora concordemos que a educação tanto familiar como escolar possa fortemente contribuir nesse combate, devemos aceitar que ninguém dispõe de fórmulas educativas prontas a aplicar na busca das soluções eficazes e duradouras contra os males causados pelo racismo na nossa sociedade (MUNANGA, 2005, p, 18).

Deste modo, o desenvolvimento de práticas conscientizadoras que busquem o equilíbrio e o respeito entre as relações se aglutinam a projetos e recursos didáticos onde o intuito é combater o racismo transformando a formação discente. A seguir analisamos as três unidades de sentido: Falta de recursos, relações familiares e racismo.

A declaração a seguir expressa à realidade de várias escolas do município de Guarabira, onde os recursos recebidos são insuficientes e seu alunado não possui condições de colaborar, por serem de famílias carentes, sobre este fato uma das entrevistadas explanou:

Todos os dias somos colocados a prova diante dos desafios. Com relação aos temas em questão uns dos desafios são em alguns momentos não ter materiais suficiente para desenvolver ou fazer determinadas atividades, e as crianças por sua maioria ser de família carentes não temos nem como pedir algo que venha ser útil em algumas atividades. Sendo assim todos os dias temos que ser bem flexível é entender também a história dos nossos alunos. (Sujeito E).

As relações familiares simbolizam o reflexo da realidade a qual elas estão inseridas.

Para Hordge-Freeman (2015)

Qualquer esforço no sentido da igualdade racial no Brasil deve considerar envolver as famílias, pois dinâmicas racializadas internas ao grupo podem comprometer o bem-estar subjetivo de maneiras que podem ser mais devastadoras do que a desigualdade estrutural. Então, o que o amor tem a ver com tudo isso? Nas famílias, o amor está presente, mas como um recurso emocional, o que o amor se parece pode depender de como você parece. (HORDGE-FREEMAN 2015, p. 71).

A família é onde obtemos nossa identidade e aprendemos o que levamos para toda a vida. O reflexo de relações familiares conflituosas ou que neguem sua descendência causa o desenvolvimento de indivíduos sem identidade, que não se reconhece como também não reconhece as contribuições culturais do próximo para nossa vivência.

O racismo é o maior desafio a ser superado nas relações educacionais, onde os discentes ministram o conhecimento a várias culturas e raças que possuem realidades distintas que sem chocam, causando conflitos. Sobre o racismo e as relações sociais, Santos(1984) fala:

O racismo está depositado no mais fundo da cabeça dos homens” (SANTOS, 1984, p. 35) e este se torna mais perigoso na medida em que ele separa as pessoas pertencentes a um mesmo grupo social. Tendem os de

pretensa raça superior, reduzir os de pretensa raça inferior a zero, a nada. Reduzem, na prática, a sua humanidade. (SANTOS, *apud* MUNANGA, 2005, p,58).

Ainda para reforçar esta unidade de sentido, o Sujeito C, apresenta em sua visão, as dificuldades encontradas em sala de aula para realizar aulas que promovam a valorização racial do educando, pontuando quais os principais obstáculos encontrados dizendo: “O racismo, as diferenças, a democracia racial e a diversidade cultural”. Estas palavras categorizam os desafios encontrados em seu ponto de vista, o Sujeito A também demonstra sua opinião, falando:

No meu ponto de vista, ainda faltam recursos, falta capacitação, mas um dos principais desafios é quebrar estigmas existentes nas famílias dos alunos, há muito tempo. Questões como, por exemplo, a religião, é um grande desafio. Não nos sentimos preparadas para tal. Mas tentamos fazer nossa parte, mostrando que cada povo tem sua história e com ela, seu modo de viver. Cabe a nós apreciarmos e respeitarmos. (Sujeito A).

Por apontar vários desafios existentes no ambiente escolar, os Sujeitos que contribuíram para o estudo de caso, demonstram várias barreiras que estão presentes na sala de aula, pontuando que nem sempre as origens desses desafios estão no ambiente escolar, em vista que todos os (as) educandos (as) possuem históricos familiares diferentes, assim como também as comunidades onde vivem são distintas, refletindo assim, o convívio de grupos sociais na sala de aula.

O resultado da pesquisa foi elucidativo, a promulgação da Lei 10.639/03, (BRASIL, 2003), se tratou de um meio legal onde a transformação estabelecida no currículo educacional agregou maneiras do educando ser reconhecimento no meio ao qual ele está inserido. A escola vem fazendo sua parte com os recursos que lhe estão disponíveis viabilizando também a integração de seu alunado. Mesmo carecendo de muito mais recursos que enriquecessem o desenvolvimento das atividades, o corpo docente consegue concretizar as propostas do material didático demonstrando que conseguem desenvolver projetos, oficinas e demais abordagens, estimular a valorização étnico-racial, nos fazendo identificar quais medidas pedagógicas são tomadas pelos educadores acerca da aplicação da Lei 10.639/03, (BRASIL, 2003).

CONCLUSÃO

Ao mencionarmos a valorização da diversidade racial, tomamos um tom desafiador, por ser algo que não ocorre como gostaríamos que por séculos. Hoje me disponho a escrever sobre a valorização da diversidade racial, tomando como estudo de caso especificamente uma escola municipal de Guarabira/PB, pensando curiosamente em como se desenvolvem as práticas pedagógicas que abordam as relações étnico-raciais e de que forma elas podem auxiliar as crianças a desenvolverem senso crítico e sentimento de justiça, que saibam reconhecer e valorizar o próximo independente da raça que seja.

Sendo o espaço escolar um dos primeiros grupos sociais o qual a criança é inserida, é de suma importância que sejam propostas atividades que agucem o educando a se reconhecer frente à sociedade e a valorizar suas contribuições para a cultura brasileira, assim como também as contribuições do próximo. Atribuindo novos significados as relações que se possam ser estabelecidas no espaço escolar.

Também é imprescindível relatar a relevância do trabalho docente em relação à valorização da diversidade racial, moldando a percepção do aluno em relação ao próximo e promovendo projetos com a participação não só dos alunos, como também da comunidade, levando a representatividade para todos, elevando a autoestima e estimulando boas relações de convívio.

Mesmo na presença de empecilhos situados no âmbito educacional, a Lei 10.639/03, (BRASIL,2003), agregou contribuições as práticas pedagógicas estabelecidas, sabemos que ainda existe um longo caminho a ser percorrido, ainda temos uma grande lacuna histórica a ser reparada, mas, perante o contexto pesquisado e com contribuições dos relatos da entrevista realizada, é possível afirmar que a escola vem em conjunto com docentes buscando estimular da melhor maneira possível, a valorização no contexto escolar da diversidade racial, tomando como princípio sempre o embasamento da Lei 10.639/03, (BRASIL,2003), que apesar de ser uma imposição legal, conduziu um novo olhar a formação e prática docente as relações étnico-raciais, onde o respeito a pluralidade de raças e culturas, como também suas contribuições a formação nacional, é de suma importância para a construção de uma sociedade sadia mediante suas interações.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE AUGUSTO, Cleicle et al. **Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011)**. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.51 no.4 Brasília Oct./Dec. 2013.

Brasileira, In: PEREIRA, Amílcar Araújo e MONTEIRO, Ana Maria (Orgs). **Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

AVELAR, Christiane Pinheiro dos Reis Calil; VALENTIM, Silvani dos Santos. **Cultura Afro Brasileira e Educação: o processo de implementação da Lei: 10.639/2003 nas escolas públicas municipais de Belo Horizonte**. 2010. Disponível em : www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais2010. Consultado em 22 de agosto de 2016.

BELONI, J; GARCIA, R,A **Colorindo Invisibilidades: Reflexões sobre as práticas de resistência ao preconceito e a discriminação racial na sala de aula**. Pelotas. 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais: Ética**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, Curitiba, Editora UFPR. n. 24, p. 213-225, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: Registros de uma experiência em processo**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

FREEMAN, E. H. **The Color of Love: Racial Features, Stigma, and Socialization in Black Brazilian Families**, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, L. R. D. (2013). **Políticas Curriculares e Descolonização dos Currículos: A Lei 10.639/03 e os Desafios Para a Formação de Professores**. *Revista Educação E Políticas Em Debate*, 2(1). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/24059>

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. 2ed. rev. São Paulo: Cortez, 2001.

HOFFMAN CÂMARA, Rosana. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações**. Gerais, Rev. Interinst. Psicol. vol.6 no.2 Belo Horizonte jul. 2013

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para que?** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte. Autêntica: 2006.

_____. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada /– [Brasília]: Ministério da E

MUNANGA, Kabengele, organizado ducação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. São Paulo, 2007.

PEREIRA, Márcia. SILVA, Maurício. **Percursos da Lei 10639/03: Antecedentes e Desdobramentos**. EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 34, p. 117-129, maio/ago. 2014.

POLÍTICAS CURRICULARES E DESCOLONIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS: A LEI 10.639/03 E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES. Entrevista concedida a Luciane Ribeiro Dias Gonçalves. Revista Educação e Políticas em Debate – v. 2, n. 1. P. 27 a 33. Jan/jul. 2013.

ROCHA, José Geraldo da. **Teologia e Negritude.** Santa Maria, Pallotti, 1998.

SALES SILVA, Maria de Fátima de. **O ensino de história e cultura afro-brasileira africana e indígena no currículo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Geraldo Costa.** e-ISSN: 2359-2796, v. 17, n. 1, 2016. XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB.

SANTOS, Joel R. **O que é racismo.** Coleção Primeiros Passos, 1984. _____. A questão do negro na sala de aula. Coleção na Sala de Aula, 1990.

SILVA, Ana Célia da. **Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de Comunicação e Expressão de 1º grau, nível I.** Projeto de pesquisa. *Cadernos de Pesquisa.* Fundação Carlos Chagas, nº 63, 96-98, São Paulo, 1987, p.96-98.

SOUZA, Maria Elenice Silva Barbosa de. **Artes visuais na pré-escola [manuscrito]: uma experiência no estágio supervisionado de docência.** Campina Grande-PB. 2017. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/15267/1/PDF%20-%20Maria%20Elenice%20Silva%20Barbosa%20de%20Souza.pdf> . Acesso em: 19/11/2020.

Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.

Touraine, A. **Poderemos viver juntos? Iguais e Diferentes.** Vozes, Brasil. 1999.

VAINER SCHUCMAN, Lia. MENDES GONÇALVES, Mônica. **Racismo na família e a construção da negritude: embates e limites entre a degradação e a posituação na constituição do sujeito.** Odeere: Revista do Programa de Pós-

Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 2017, Volume 2, número 4, Julho – Dezembro de 2017.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Proposta metodológica de combate ao racismo nas escolas.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n.93, p.40-50, maio/95.

VENTURA, M. M. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa.** Rev. SOCERJ. 2007;20(5):383-386 setembro/outubro. Pedagogia Médica. Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro, 2007.

APÊNDICE

ENTREVISTAS COM AS PROFESSORAS

Quadro 1- Transcrição da 1ª entrevista

<p>IDENTIFICAÇÃO: Sujeito A</p> <p>PERFIL: Entrevista com professora da escola da rede pública de ensino da cidade de Guarabira, sobre sua prática na inserção da educação étnico-racial. Formação: Graduada no curso de Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú em 2005. Atua a 22 anos, está lecionando no ensino fundamental menor.</p>	
PERGUNTAS	RESPOSTAS
1- Em sua formação acadêmica houve algum componente/disciplina que abordava a diversidade étnico-racial? Se sim. De forma estes componentes contribuíram para a sua formação?	Sim, em vários momentos refleti, discuti e analisei a temática. Isso me levou a perceber o quanto era e é importante para a minha formação cidadã /profissional e também um imprescindível norteador para uma prática pedagógica inclusiva.
2- O que você conhece acerca da Lei 10.639/03, (BRASIL, 2003)? (A lei que prevê a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas do ensino básico)?	Tenho trabalhado de maneira interdisciplinar. O próprio material didático traz vários componentes curriculares referentes à história do povo africano e os diversos traços culturais existentes em nosso país, graças a miscigenação existente desde a colonização e descoberta do Brasil.
3- A escola em que você trabalha realizada alguma atividade (projeto/ palestra) com a temática cultura afro-brasileira e africana?	Conheci a lei através de uma oficina aplicada pelo IA (Instituto Alpargatas). Nessa ocasião, lemos e refletimos sobre o respeito ao próximo e a inclusão, como também estudamos a história da África, os costumes, a religiosidade e toda a riqueza cultural que o Brasil adquiriu ao longo do tempo com o povo africano.
4- Como se dá a abordagem da nas aulas realizadas na instituição onde você leciona?	Sim, a Escola trabalha com um material riquíssimo referente a temática. O livro: Da escola para o mundo - Projetos Integradores, aborda de maneira

	<p>significativa e prazerosa, com as turmas dos 4^o anos, a cultura afrodescendente. Também participamos do projeto cultura afrodescendente, patrocinado pelo IA. Na ocasião o Instituto Alpargatas nos enviou recursos e tivemos a oportunidade de trabalhar de forma muito produtiva todos os aspectos referentes à África: costumes, localização, dialetos, culinária, religião, fauna, flora e outros. Através dessa prática, os alunos tiveram momentos de conhecimento e aprendizagem da rica história do povo africano. Conhecer para respeitar!</p>
<p>5-Quais os desafios encontrados no cotidiano escolar, para realizar aulas que valorizem os aspectos culturais e raciais do educando?</p>	<p>No meu ponto de vista, ainda faltam recursos, falta capacitação, mas um dos principais desafios é quebrar estigmas existentes nas famílias dos alunos, há muito tempo. Questões como por exemplo, a religião, é um grande desafio. Não nos sentimos preparadas para tal. Mas tentamos fazer nossa parte, mostrando que cada povo tem sua história e com ela, seu modo de viver. Cabe a nós apreciarmos e respeitarmos.</p>

Quadro 2- Transcrição da 2ª entrevista

<p>IDENTIFICAÇÃO: Sujeito B</p> <p>PERFIL: Entrevista com professora da escola da rede pública de ensino da cidade de Guarabira, sobre sua prática na inserção da educação étnico-racial.</p> <p>Formação: Graduada no curso de História pela Universidade Estadual da Paraíba-Campus III em 2007. Atua a 15 anos, está lecionando no ensino fundamental menor.</p>	
PERGUNTAS	RESPOSTAS
1- Em sua formação acadêmica houve algum componente/disciplina que abordava a diversidade étnico-racial? Se sim. De forma estes componentes contribuíram para a sua formação?	Sim, a mesma contribuiu de maneira esclarecedora, porque a partir dela passei a valorizar a cultura negra com mais amplitude em todos os aspectos.
2- O que você conhece acerca da Lei 10.639/03, (BRASIL, 2003)? (A lei que prevê a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas do ensino básico)?	Sim conheço, foi a partir dela que a cultura negra foi ressaltada, tanto na formação da sociedade brasileira, como no aspecto físico, econômico e cultural.
3- A escola em que você trabalha realizada alguma atividade (projeto/ palestra) com a temática cultura afro-brasileira e africana?	Através de diálogos, vídeos, histórias infantis, como no meu caso que trabalho muito com o público mirim, de 4 a 5 anos, além de atividades em grupo, individuais, artísticas, atividades de campo e também extraclasse.
4- Como se dá a abordagem da nas aulas realizadas na instituição onde você leciona?	Através de projetos, que abrangem culinária, botânica, religiosidade, habilidades artísticas, apesar de trabalhado esse projeto, que foi um projeto longo, nós não nos limitamos apenas a ele, somos orientadas a desenvolver atividades que abrangem todo o ano letivo.
5-Quais os desafios encontrados no cotidiano escolar, para realizar aulas que valorizem os aspectos culturais e raciais do	Os desafios encontrados, vejo que são estendidos além do ambiente escolar, na maioria das vezes a própria família atrapalha ou tenta distorcer todas as

educando?

informações transmitidas na escola, as vezes elas ajudam as crianças a criarem uma imagem distorcida e preconceituosa sobre os afrodescendentes.

Quadro 3- Transcrição da 3ª entrevista

IDENTIFICAÇÃO: Sujeito C	
PERFIL: Entrevista com professora da escola da rede pública de ensino da cidade de Guarabira, sobre sua prática na inserção da educação étnico-racial. Formação: Graduada no curso de Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba-Campus III em 1999. Atua a 29 anos, está lecionando no ensino fundamental menor.	
PERGUNTAS	RESPOSTAS
1- Em sua formação acadêmica houve algum componente/disciplina que abordava a diversidade étnico-racial? Se sim. De forma estes componentes contribuíram para a sua formação?	Não
2- O que você conhece acerca da Lei 10.639/03, (BRASIL, 2003)? (A lei que prevê a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas do ensino básico)?	Tenho pouco conhecimento sobre o assunto, houve apenas uma palestra promovida pela secretaria de educação, a qual vale ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira, como constituinte e formadora da sociedade brasileira.
3- A escola em que você trabalha realizada alguma atividade (projeto/ palestra) com a temática cultura afro-brasileira e africana?	Através de projetos, abordando de forma interdisciplinar a história e cultura afro-brasileira em sala de aula.
4- Como se dá a abordagem da nas aulas realizadas na instituição onde você leciona?	Por meio de projetos.
5-Quais os desafios encontrados no cotidiano escolar, para realizar aulas que valorizem os aspectos culturais e raciais do educando?	O racismo, as diferenças, a democracia racial e a diversidade cultural.

Quadro 4- Transcrição da 4ª entrevista

<p>IDENTIFICAÇÃO: Sujeito D</p> <p>PERFIL: Entrevista com professora da escola da rede pública de ensino da cidade de Guarabira, sobre sua prática na inserção da educação étnico-racial. Formação: Graduada no curso de Letras Centro de Humanidades /Campus Universitário Osmar de Aquino em 1998. Atua a 21 anos, está lecionando no ensino fundamental menor.</p>	
PERGUNTAS	RESPOSTAS
1- Em sua formação acadêmica houve algum componente/disciplina que abordava a diversidade étnico-racial? Se sim. De forma estes componentes contribuíram para a sua formação?	Não houve.
2- O que você conhece acerca da Lei 10.639/03, (BRASIL, 2003)? (A lei que prevê a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas do ensino básico)?	É uma lei brasileira que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos ensinos fundamental e médio. Esta lei também estabeleceu o dia 20 de novembro como o dia da consciência negra no calendário escolar.
3- A escola em que você trabalha realizada alguma atividade (projeto/ palestra) com a temática cultura afro-brasileira e africana?	Sim, trabalhamos com projetos que abordam essa temática
4- Como se dá a abordagem da nas aulas realizadas na instituição onde você leciona?	Através de pesquisas, filmes e do próprio livro didático.
5-Quais os desafios encontrados no cotidiano escolar, para realizar aulas que valorizem os aspectos culturais e raciais do educando?	A desconstrução do racismo, do preconceito, da discriminação e a auto aceitação do próprio negro, pois muitas vezes a criança negra não se vê e não se sente negra.

Quadro 5- Transcrição da 5ª entrevista

<p>IDENTIFICAÇÃO: Sujeito E</p> <p>PERFIL: Entrevista com professora da escola da rede pública de ensino da cidade de Guarabira, sobre sua prática na inserção da educação étnico-racial. Formação: Graduada no curso de Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba-Campus III em 2012. Atua a 30 anos, está lecionando no ensino fundamental menor.</p>	
PERGUNTAS	RESPOSTAS
<p>1- Em sua formação acadêmica houve algum componente/disciplina que abordava a diversidade étnico-racial? Se sim. De forma estes componentes contribuíram para a sua formação?</p>	<p>Sim, houve e foi muito importante para a nossa formação acadêmica pois esses componentes nos permitia desenvolver de forma mais precisa e humana as adversidades que por ventura seja, em sala de aula ou não saber resolver e enfrentar de maneira mais segura e firme.</p>
<p>2- O que você conhece acerca da Lei 10.639/03, (BRASIL, 2003)? (A lei que prevê a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas do ensino básico)?</p>	<p>Trabalhamos durante todo ano letivo, desenvolvendo projetos referente aos temas abordando a temática, com ações concretas no qual os alunos aprendem de forma atraente a respeitar e valorizar as diferenças de culturas e etnias.</p>
<p>3- A escola em que você trabalha realizada alguma atividade (projeto/ palestra) com a temática cultura afro-brasileira e africana?</p>	<p>Essa Lei vem proporcionando grandes valores para o ensino aprendizagem dos alunos. Já estamos recebendo livros que vem abordando essa temática.</p>
<p>4- Como se dá a abordagem da nas aulas realizadas na instituição onde você leciona?</p>	<p>Sim, sempre estamos desenvolvendo projetos, no qual tem a culminância onde os alunos se apresentam em grupos tanto na sala de aula como também para os demais colegas de outras turmas.</p>
<p>5-Quais os desafios encontrados no cotidiano escolar, para realizar aulas que valorizem os aspectos culturais e raciais do educando?</p>	<p>Todos os dias somos colocados a prova diante dos desafios. Com relação aos temas em questão uns dos desafios são em alguns momentos não ter materiais suficiente para desenvolver ou fazer determinados atividades, e as crianças por sua maioria ser de família carentes não temos nem como</p>

pedir algo que venha ser útil em algumas atividades. Sendo assim todos os dias temos que ser bem flexível é entender também a história dos nossos alunos.

ANEXOS

IMAGENS DO PROJETO: ÁFRICA, TECENDO NOVOS OLHARES.

Figura 1- Exposição de pinturas corporais.



. Fonte: A autora (2020)

Figura 2: Exposição de roupas africanas.



. Fonte: A autora (2020)

Figura 3: Exposição de alguns modelos de moradias africanas.



. Fonte: A autora (2020)

Figura 4: Quadro retratando mulher africana, feito pelo aluno.



Fonte: A autora (2020)

Figura 5: Desfile de penteados africanos.



Fonte: A autora (2020)

ANEXOS

Figura 6: Exposição de pinturas e demais componentes africanos.



Fonte: A autora (2020)

Figura 7: Cartaz demonstrando aspectos do rio Nilo.



Fonte: A autora (2020)

Figura 8: Boneca abayomi construída pelo aluno.



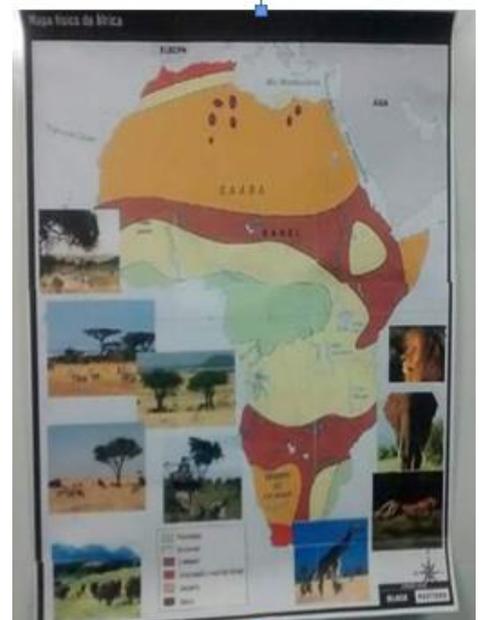
Fonte: A autora (2020)

Figura 9: Cartaz demonstrando a flora africana.



Fonte: A autora (2020)

Figura 10: Cartaz demonstrando aspectos geográficos do continente africano.



Fonte: A autora (2020)